



XI Congresso Português de Sociologia
*Identidades ao rubro: diferenças, pertenças e
populismos num mundo efervescente*
Lisboa, 29 a 31 de março de 2021

Secção/Área Temática:
Conhecimento, ciência e tecnologia

Autoexposição como dominação: repensar o panóptico na era digital
Self-exposure as domination: rethinking the panopticon in the digital age

I BRICALLI, Iafet. Universidade de Gênova, Departamento de Ciências da
Formação, Corso Andrea Podestà, 2, 16128 Gênova (GE) Itália,
iafet.leonardibricalli@edu.unige.it

Resumo

O panóptico foi o modelo de vigilância social destinado à produção de subjetividades que correspondessem às exigências de disciplina do capitalismo industrial. Este artigo objetiva problematizar o conceito do panóptico à luz das mudanças do capitalismo a partir dos anos 1970, ou seja, a partir do neoliberalismo. Parte-se da perspectiva de que o neoliberalismo é a racionalidade do capitalismo contemporâneo, com uma dimensão construtora de relações sociais que canaliza a conduta dos indivíduos para fins de acumulação capitalista através de práticas de liberdade. Em um contexto neoliberal, o panóptico como um modelo de vigilância externo e moralizador fica para trás e dá espaço a práticas de autovigilância conduzidas pelos próprios indivíduos na eterna busca de autodesenvolvimento pessoal, que se manifestam ilustrativamente na exposições “voluntárias” dos usuários das redes sociais online.

Abstract

The panopticon was the model of social surveillance aimed at producing subjectivities that corresponded to the demands for discipline of industrial capitalism. This article aims to problematize the concept of the panopticon in light of changes in capitalism from the 1970s onwards, that is, from neoliberalism. It starts from the perspective that neoliberalism is the rationality of contemporary capitalism, with a constructive dimension of social relations that channels the conduct of individuals for the purposes of capitalist accumulation through practices of freedom. In a neoliberal context, the panopticon as an external and moralizing surveillance model lags behind and gives way to self-surveillance practices conducted by the individuals themselves in the eternal search for personal self-development, which are illustratively manifested in the “voluntary” exposures of users of social media.

Palavras-chave: vigilância; panóptico; neoliberalismo; redes sociais

Keywords: surveillance; panopticon; neoliberalism; social media

XI-APS-45796

Introdução

O panóptico foi um modelo de arquitetura prisional usado como metáfora pelo filósofo Michel Foucault como representação da vigilância nas sociedades modernas. O capitalismo industrial não era, para Foucault (2009), apenas um sistema econômico destinado à acumulação de capital a partir de produção de mercadorias. Era também um sistema destinado à fabricação de um tipo de indivíduo que respondesse às exigências de acumulação do capitalismo de então, que eram baseadas na disciplina. Fez-se necessário, portanto, fabricar indivíduos disciplinados e, para tanto, a vigilância foi o mecanismo utilizado para tal propósito, inicialmente nas instituições sociais fechadas como as escolas, as fábricas, os hospitais e as prisões, e, depois, em todo o tecido social nos mais ínfimos detalhes.

A partir dos anos 1970, as modificações sofridas pelo capitalismo industrial deram início a uma nova fase de acumulação que veio a ser denominada de neoliberalismo. O neoliberalismo pode ser entendido como a atuação conjunta dos Estados nacionais, das corporações e das instituições financeiras mundiais destinada à completa reestruturação do capitalismo a nível mundial de modo à restaurar o poder de classe que a crise de acumulação iniciada no fim dos anos 1960 e aprofundada nos anos 1970 ameaçava (Harvey, 2008). Como resultado, a produção industrial migrou dos países desenvolvidos para os países subdesenvolvidos, o mercado invadiu setores públicos e comuns antes protegidos e iniciou-se um processo de financeirização da vida cotidiana. O resultado, como muitos autores já comentaram (Gorz, 1998; Harvey, 2008; Saad Filho & Morais, 2018), pode ser reduzido em uma única expressão: desmantelamento social. Mas como demonstram as pesquisas de Michel Foucault (2008b, 2008c) e aprofundadas por Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo foi a invenção de um novo capitalismo em que o Estado, se de modo semelhante ao liberalismo clássico não interfere nos mecanismos de mercado, deve atuar constantemente no nível da sociedade para que o mercado seja possível (Foucault, 2008b). Nessa perspectiva, o neoliberalismo é uma forma de racionalidade que induz à diversas formas de governamentalidade neoliberal, ou seja, formas de conduzir a conduta dos indivíduos de acordo com as necessidades de acumulação, praticada nas relações dos indivíduos com os outros e consigo mesmos a partir da ideologia-chave do neoliberalismo: a noção de liberdade.

Se o regime de acumulação do capitalismo industrial ficou para trás, é possível que o regime de vigilância que o sustentava, o panóptico, também tenha ficado, ou deva, ao menos ser problematizado. Este artigo tem como objetivo problematizar o conceito da vigilância de tipo panóptico no contexto das mudanças do capitalismo a partir dos anos 1970, no que se convencionou chamar de neoliberalismo. Parte-se da hipótese de que se o panóptico respondia à vigilância exigida em um tipo histórico de capitalismo, a emergência do neoliberalismo como novo sistema de acumulação pressupõe um tipo de vigilância adequado aos seus princípios. Uma vigilância que não se restringe a um olhar externo normalizador, mas a um constante trabalho interno dos indivíduos sobre si mesmos fundamentado nos seus mais íntimos desejos de liberdade. Como mostram alguns dos mais recentes estudos daquele que talvez seja o maior especialista nos estudos de vigilância, David Lyon (Lyon, 2017, 2018), não há lugar mais adequado para se pensar como a vigilância não deve se restringir à vigilância praticada pelos Estados nacionais, pelas instituições sociais ou pelas corporações, mas sim pelos próprios indivíduos, ou seja, por nós mesmos, do que as atividades diárias online, sobretudo nos perfis produzidos por cada um de nós nas diversas redes sociais das quais participamos.

O artigo está estruturado em três partes. Na primeira discute-se o conceito do panóptico e sua relação com o capitalismo moderno. Na segunda apresenta-se uma definição de neoliberalismo que articula o seu aspecto “negativo” de desmantelamento social com seu aspecto “positivo” de governo dos homens fundamentada em uma racionalidade cuja dimensão subjetiva é o elemento-chave. No terceiro faz-se um exercício de articulação do panóptico com a vigilância no neoliberalismo enquanto a racionalidade do capitalismo contemporâneo, e como a autoexposição nas redes sociais online se inscreve nessa articulação.

O panóptico e a vigilância no capitalismo moderno

O capitalismo industrial não é apenas um sistema baseado na produção de mercadorias em larga escala e no reinvestimento contínuo do capital gerado. Ele não pode ser reduzido, portanto, à sua dimensão econômica. Ele é, também, uma fábrica de sociedades e indivíduos adaptados às suas exigências de acumulação. Tal produção é baseada na vigilância social irrestrita, sendo o panóptico o seu modelo paradigmático. Mas, afinal, o que é o panóptico? De acordo com Foucault (2008a):

O princípio é: na periferia, uma construção em anel; no centro, uma torre; esta possui grandes janelas que se abrem para a parte interior do anel. A construção periférica é dividida em celas, cada uma ocupando toda a largura da construção. Estas celas têm duas janelas: uma abrindo-se para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, dando para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de um lado a outro. Basta então colocar um vigia na torre central e em cada cela trancafiar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um estudante. Devido ao efeito de contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se na luminosidade, as pequenas silhuetas prisioneiras nas celas da periferia. Em suma, inverte-se o princípio da masmorra; a luz e o olhar de um vigia captam melhor que o escuro que, no fundo, protegia (p. 210).

A descrição acima refere-se a um modelo de arquitetura prisional projetada pelo filósofo utilitarista Jeremy Bentham para manter os prisioneiros sob constante inspeção. Bentham inspirou-se em um projeto de seu irmão mais novo, Samuel, que foi escolhido por um príncipe russo para projetar uma fábrica circular em que a vigilância dos servos fosse um aspecto primordial. O projeto de Samuel, por sua vez, foi inspirado em uma visita que realizou em meados do século XVIII em uma escola militar de Paris, onde o espaço destinado ao dormitório dos alunos foi projetado de modo a estar sob constante inspeção (Manokha, 2018).

Tem-se, portanto, uma arquitetura de vigilância prisional inspirada no projeto de uma fábrica que por sua vez foi inspirado em uma escola. O panóptico, portanto, não deve ser reduzido a um modelo de vigilância prisional. Ele é, como nos diz Foucault (2008a, 2009), o paradigma de vigilância das instituições sociais fechadas que nasceram ou se aperfeiçoaram durante o capitalismo industrial, como as fábricas, as escolas, os hospitais e, claro, as prisões. Mas, como sonho moderno utópico de vigilância, o destino do panóptico não era permanecer restrito aos muros das instituições. Ele foi pensado como mecanismo destinado a penetrar a sociedade nos seus mais íntimos detalhes e assim tornar-se um modelo geral de dominação social.

Para fins deste artigo, gostaria de destacar duas características de uma vigilância do tipo panóptico. A primeira delas é que trata-se de uma vigilância externa. Como visto acima na descrição da arquitetura prisional, os presos em suas celas estão constantemente sob um olhar externo, representado pela torre central. A presença dos

guardas na torre central é um mero detalhe: o importante é que ela esteja sempre ali, como símbolo externo de um poder destinado a vigiar. Mesmo que o objetivo do panóptico seja, no final das contas, que a vigilância seja interiorizada pelos indivíduos, nunca se deve perder de vista que a origem dessa vigilância é sempre externa ao indivíduo.

O segundo ponto a se destacar é o que talvez seja o mais importante no entendimento do panóptico. Trata-se do aspecto moral da vigilância, ou seja, o olhar externo deve necessariamente pesar sobre o indivíduo vigiado. O panóptico é o símbolo de uma sociedade que Foucault (2009) chamou de disciplinar que, em complemento às sociedades soberanas marcadas pelo monopólio por parte do Estado do exercício do poder e da violência a partir de um quadro jurídico que delimitava o permitido e o proibido, definem o comportamento social a partir de um regime de normalização que visa disciplinar os corpos (nas palavras de Foucault, torná-los dóceis) de modo a adequá-los às necessidades de acumulação do capitalismo industrial. A sociedade disciplinar não admite criminosos, loucos, doentes, homossexuais, etc., ou seja, indivíduos que fogem à norma definida de antemão. Todo o projeto panóptico é, no final das contas, adequar os sujeitos rebeldes ao projeto de ordem moderno: família, escola, fábrica e, se preciso, prisão, são as instituições destinadas a esse fim. O indivíduo das sociedades disciplinares precisa saber que além de um quadro jurídico, o permitido e o proibido também é definido por uma regra moral cujo símbolo é a torre central de vigilância da prisão, mas que deve ser reconhecido em um olhar abstrato que ele deve sempre carregar consigo por toda a parte impedindo-o de fazer o mal.

A utilização da metáfora do panóptico por Foucault (2008a, 2009) como modelo geral de dominação da sociedade moderna é elogiável. Mas, como sabemos, e como Foucault em alguns de seus últimos cursos e livros revela (Foucault 1988, 2008b, 2008c), se o capitalismo industrial não é mais o modo de acumulação predominante dos anos 1970 em diante, alteram-se também as relações de poder. Se o capitalismo sofreu transformações é possível que as sociedades e os indivíduos também tenham se modificado para responder às necessidades do que se convencionou chamar de neoliberalismo. A próxima seção será destinada a definir o neoliberalismo, ou mais exatamente o que se entende por neoliberalismo para fins deste texto.

Neoliberalismo: a nova razão do mundo

Nas sociedades ocidentais, a acumulação capitalista baseada na relação capital-trabalho do capitalismo industrial foi predominante até os anos 1960. Com a crise de

acumulação dos anos 1970, traduzida em altos níveis de inflação e desemprego em toda parte, era preciso encontrar uma saída para a restauração do poder de classe (Harvey, 2008). A solução encontrada foi uma completa reestruturação do capitalismo a nível mundial. No nível da produção industrial, aproveitando-se do aperfeiçoamento e da redução dos custos dos meios de transporte e comunicação, boa parte das fábricas foram deslocadas para os países subdesenvolvidos a fim de se aproveitar os baixos custos de produção (Gorz, 1998; Harvey, 2008). Mas, ainda mais importante, foram partes da solução encontrada a penetração do mercado em setores públicos ou comuns até então protegidos das relações mercantis, bem como a financeirização não só da economia, mas de toda a vida cotidiana (Harvey, 2008). Essa virada do capitalismo a partir dos anos 1970 ficou conhecida como neoliberalismo.

Após o compromisso de classe entre capital e trabalho como resultado de políticas keynesianas que resultaram em um relativo bem-estar social nos países desenvolvidos, não seria fácil, porém, a implementação de políticas neoliberais que, de modo a garantirem a restauração do poder de classe resultariam na destituição das conquistas sociais do estado de bem-estar. Foi preciso, então, criar uma ideologia que circulasse nas corporações, nos meios de comunicação e nas instituições que compõem a sociedade civil que construísse uma base de apoio popular e servisse de apoio às mudanças no âmbito material da sociedade (Harvey, 2008). A ideologia neoliberal foi baseada no ideal de liberdade, que convergia, por outro lado, com as reivindicações de liberdades individuais tanto de grupos sociais inseridos em um contexto de sociedade rigidamente estruturada em um modelo fordista de acumulação, quanto de grupos sociais excluídos, como as mulheres, os indígenas, os imigrantes, os homossexuais, etc (Zuboff, 2019). Assim, tanto no nível ideológico quanto no nível da experiência da vida cotidiana (material) sob o capitalismo do final dos anos 1960 e dos anos 1970, deu-se a construção do consentimento neoliberal, na medida em que as liberdades individuais, em uma perspectiva neoliberal, só podiam ser garantidas pela liberdade de mercado e de comércio. Estava aberto o caminho para a demonização das práticas intervencionistas e regulatórias do Estado, cujo papel, em um contexto neoliberal, é apenas criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas de liberdade. O neoliberalismo, assim, penetrou no senso comum “naturalmente” como uma necessidade de regulação da ordem social.

Pode-se dizer, a partir da descrição feita nos parágrafos precedentes, que o neoliberalismo é um conjunto de práticas político-econômicas, acompanhadas por uma ideologia, implementadas a partir dos anos 1970 em diferentes sociedades pela atuação conjunta das corporações e dos Estados nacionais destinadas a restaurar o poder de classe que a crise iniciada nos anos 1960 ameaçava. Essa definição, sem dúvida, caracteriza o neoliberalismo. Mas ela não o esgota. Como demonstrado pelas pesquisas de Michel Foucault (1988, 2008b, 2008c), aprofundadas por Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo não é uma mera fase do capitalismo destinada à restauração do poder de classe. Ele é a invenção de um novo capitalismo em que o Estado, se no âmbito econômico “alivia” para o mercado, no nível da sociedade atua constantemente de modo a produzir uma sociedade que permita o pleno desenvolvimento das atividades econômicas. E essa intervenção não ocorre necessariamente por métodos impositivos, mas através da constituição de uma racionalidade que submete todos os componentes da reprodução social – salarial, familiar, político, cultural, subjetivo – à lógica capitalista (Dardot & Laval, 2017). De acordo com essa perspectiva, o neoliberalismo não é apenas um conjunto de políticas econômicas e sociais, acompanhados de uma ideologia, que são impostos, “de cima”, à sociedade. O neoliberalismo é também a racionalidade do capitalismo contemporâneo, ou, de acordo com Dardot e Laval (2016), a nova razão do mundo, construído também “por baixo”, a partir de práticas sociais diversas, muitas vezes banais, que envolvem as relações dos indivíduos com os outros e consigo mesmos.

O neoliberalismo enquanto a racionalidade do capitalismo contemporâneo é, na definição de Foucault (2008b, 2008c), uma forma de governamentalidade, ou seja, um modo de conduzir a conduta dos sujeitos sociais em direção a determinados fins. A governamentalidade neoliberal é, portanto, um modo de canalizar os sujeitos sociais em uma direção útil à acumulação capitalista. A governamentalidade não se identifica necessariamente à instituição “governo”, mas às múltiplas formas de atividade através das quais homens visam impor um determinado tipo de conduta a um determinado conjunto de homens, ou seja, governá-los. Mas a governamentalidade, para Foucault, vai ainda mais longe: ela objetiva o autogoverno, ou seja, como os homens devem ser governados por eles mesmos por meio das técnicas de si. Governar, então, significa governar os outros mas também governar a si mesmo.

Para fins deste artigo, nos interessa particularmente este último aspecto referente ao autogoverno da governamentalidade neoliberal, ou seja, como, em um contexto de

sociedade neoliberal, a dimensão subjetiva da reprodução social deve se curvar aos imperativos da racionalidade neoliberal. A subjetivação neoliberal se inscreve em quadro geral de abertura de mercados no interior de uma sociedade em que o princípio geral de relação, incluindo as relações humanas, são os mecanismos de concorrência baseados no modelo empresa, como ilustram as palavras de Foucault (2008b):

Não é a sociedade mercantil que está em jogo nessa nova arte de governar. Não é isso que se trata de reconstituir. A sociedade regulada com base no mercado em que pensam os neoliberais é uma sociedade na qual o que deve constituir o princípio regulador não é tanto a troca das mercadorias quanto os mecanismos de concorrência. São estes mecanismos que devem ter o máximo de superfície e de espessura possível, que também devem ocupar o maior volume possível na sociedade. Vale dizer que o que se procura obter não é uma sociedade submetida ao efeito-mercadoria, é uma sociedade submetida à dinâmica concorrencial. Não uma sociedade de supermercado – uma sociedade empresarial. O *homo oeconomicus* que se quer reconstituir não é o homem da troca, não é o homem consumidor, é o homem da empresa e da produção (p. 201).

Como fica claro na parte final da citação, a lógica social da concorrência dá origem a uma sociedade constituída por empresas, destinada inclusive à subjetivação dos indivíduos que a compõem a partir desse modelo. Nasce, assim, historicamente, a figura do capital humano como um novo sujeito cujo fundamento primordial é o desenvolvimento de seu próprio capital. O neoliberalismo induz, portanto, uma sociedade constituída por indivíduos empresários de si mesmos, de modo que a generalização da forma empresa signifique, para Foucault (2008b):

desdobrar o modelo econômico, o modelo oferta e procura, o modelo investimento-custo-lucro, para dele fazer um modelo das relações sociais, um modelo da existência, uma forma de relação do indivíduo consigo mesmo, com o tempo, com seu círculo, com o futuro, com o grupo, com a família (p. 332).

Isso significa que cada indivíduo membro de uma sociedade deve continuamente atentar-se para o desenvolvimento de seu capital humano desde a mais tenra idade e nos diferentes contextos sociais como modo de tornar-se o melhor capital humano possível e aumentar as possibilidades de renda futura.

O modelo subjetivo do indivíduo enquanto capital humano está muito longe tanto das censuras impostas por uma sociedade de tipo soberano quanto do governo moral que, como vimos, caracteriza as sociedades disciplinares. Ele obedece ao “espírito do tempo” neoliberal, ou seja, é baseado em princípios de liberdade. Isto quer dizer que no neoliberalismo a “liberdade” é total, ou seja, o indivíduo poder ser aquilo que bem entender para ser o melhor capital humano possível, desde que, claro, isso não represente uma ameaça concreta à ordem social neoliberal. Como afirmam Dardot e Laval (2016), mais do que um sujeito produtivo como o era o indivíduo formatado pelo capitalismo industrial fordista, o sujeito neoliberal é um indivíduo do desempenho governado pela manipulação dos seus desejos através dos caminhos da liberdade.

Racionalidade neoliberal, vigilância e redes sociais online: capitalismo de autovigilância?

Se o capitalismo industrial sofreu importantes transformações a partir dos anos 1970, com a chegada do que se convencionou chamar de neoliberalismo, as sociedades modernas industriais também se modificaram e, com elas, o modelo de vigilância disciplinador a elas adaptado, o panóptico. Em um contexto de racionalidade neoliberal em que, como vimos, o governo das sociedades e dos indivíduos dá-se por práticas diversas de governamentalidade neoliberal espalhadas pela sociedade e fundadas em mecanismos de liberdade, um mecanismo de vigilância social que funciona a partir de um ponto externo e tem caráter moralizador, como o panóptico, precisa ser revisto.

Não se trata de decretar a morte do panóptico. Foucault (2008c) já reconhecia, quando estava propondo uma periodização das formas de exercício de poder nas sociedades ocidentais, que não se tratava de uma periodização: primeiro soberania, depois disciplina e finalmente segurança. Não se trata de uma evolução linear, mas de como os mecanismos de poder se sobrepõem. Para uma atualização do panóptico, basta lembrar, por exemplo, da proliferação nas sociedades atuais de sua forma mais característica, a prisão (Garland, 2008; Wacquant, 2001). Ou ainda, no mundo online, dos efeitos de vigilância sobre os indivíduos, que Manokha (2018) refere-se como *chilling effect*, quando tornaram-se conscientes que são constantemente vigiados, por exemplo, pela Agência de Segurança Nacional (NSA), como revelado por Edward Snowden, ou mesmo os efeitos de autocensura no uso de redes sociais (Marwick and Boyd, 2011).

Mas a utilização do panóptico como referencial teórico de interpretação nos estudos de vigilância torna-se opressivo (Haaggerty, 2006) quando torna-se hegemônico, transformando-se em um obstáculo para o entendimento de outras dimensões da vigilância. Como mostram alguns dos trabalhos recentes de Lyon (2016; 2018), talvez o maior especialista nos estudos de vigilância, a vigilância do século XXI não se limita a um Estado de vigilância orwelliano ou a uma sociedade de vigilância praticada por instituições. Vivemos em uma *cultura de vigilância* em que indivíduos comuns participam ativamente das práticas de vigilância. A vigilância não se situa, portanto, externamente, como algo imposto à sociedade, mas sim tornou-se parte da cultura, se irradia pela sociedade e torna-se algo que os cidadãos comuns aceitam (conscientemente ou não), negociam, se envolvem, desejam ou mesmo resistem (Lyon, 2018). O que antes era um aspecto institucional de disciplina e controle social da modernidade, hoje está internalizado, constitui uma parcela das reflexões diárias e das práticas cotidianas dos cidadãos comuns.

O conceito de *Culture of Surveillance* possui o mérito de enxergar a importante mudança de paradigma que a vigilância experimentou no século XXI. Mas embora David Lyon (2017, 2018) reconheça que essa cultura foi e é moldada por forças políticas e econômicas, ele as associa à mudança do mundo do trabalho e da produção para o mundo do consumo, mas sem explicar como efetivamente atuam essas forças. Quando o autor cita os papéis do desejo, da performance e do desempenho para explicar a cultura da vigilância em sua forma mais característica, as atividades online diárias nas mídias sociais, faltou explicitar que a captura das subjetividades é justamente uma das dimensões mais importantes do capitalismo contemporâneo (Dardot & Laval, 2016). Em outras palavras, não basta dizer que a vigilância funciona a partir de nós, é preciso enfatizar como o capitalismo funciona a partir de nós.

Da mesma forma que capitalismo e vigilância andavam lado a lado na produção do sujeito moderno, o capitalismo neoliberal precisa de um tipo de vigilância que corresponda ao novo sujeito emergente. Como a ordem neoliberal é fundada na liberdade esse novo tipo de vigilância deve respeitá-la, por mais paradoxal que isso seja. Michel Foucault, em *História da Sexualidade* (1988) e em alguns de seus últimos cursos no *Collège de France* (Foucault, 2008b, 2008c), já reconhecia que as sociedades disciplinares, nascidas no século XVIII, que se desenvolveram no século XIX e conheceram seu apogeu na primeira metade do século XX, estavam ficando para trás.

Ficava para trás, também, o modelo de vigilância social usado para a criação do sujeito disciplinar, o panóptico. Em lugar das sociedades disciplinares, com o neoliberalismo emerge aquilo que Deleuze (2007) denominou de *Sociedades de Controle*, que necessitavam de um novo mecanismo de vigilância social que se adequasse às exigências da racionalidade neoliberal e do seu sujeito correspondente. O “ficar para trás” é relativo pois, como vimos, para Foucault os mecanismos de poder são sobrepostos, logo não é que a sociedade disciplinar e o panóptico não existem mais, mas eles deixaram de ser predominantes.

Como a racionalidade neoliberal depende da criação de um sujeito empresário de si mesmo, que deve ser governado através da liberdade, logo as sociedades de controle devem fazer da vigilância um mecanismo de liberdade. A vigilância enquanto liberdade só pode ser alcançada quando são os próprios indivíduos a conduzir eles mesmos, através da manipulação de seus desejos, que são, de acordo com Dardot e Laval (2016), os novos alvos do poder. Logo, a vigilância é, na verdade, uma autovigilância. Ficam para trás os mecanismos de vigilância cuja origem é um ponto externo que objetiva “dizer” ao indivíduo, em modo binário, aquilo que deve ou não ser feito, que traça, em modo binário, a linha do permitido e do proibido. As sociedades de controle moldam os indivíduos a partir de dentro. Como o neoliberalismo é uma racionalidade, ele foi criado para ser a única possibilidade no interior de uma sociedade. Neste sentido, todas as relações que o indivíduo estabelece consigo mesmo e com os outros está, de alguma maneira, contaminada pela lógica de concorrência como norma de conduta. Assim, no interior desse tipo de sociedade, a liberdade não é apenas admitida mas incentivada pois trata-se de uma liberdade que, inscrita na racionalidade neoliberal, está já marcada pelas relações de poder constituintes desta sociedade. Ela não só não é perigosa para essa racionalidade mas, ao contrário, constitui o meio utilizado para sua perpetuação. A vigilância, numa sociedade neoliberal, é uma autovigilância, não no sentido de autolimitação, mas no sentido de uma eterna busca de desenvolvimento do capital humano como mecanismo de concorrência consigo mesmo e com os outros capitais humanos concorrentes no mercado. Ela se apresenta, portanto, de forma “positiva”, facilitando a inserção dos indivíduos em seus mecanismos. As palavras de Bauman e Lyon (2014) ao tratar da atual autoexposição nas redes sociais são esclarecedoras a este respeito:

Creio que o aspecto mais notável da edição contemporânea da vigilância é que ela conseguiu, de alguma maneira, forçar e persuadir opositores a trabalhar em

unísono e fazê-los funcionar de comum acordo, a serviço de uma mesma realidade. Por um lado, o velho estratagema pan-óptico (“Você nunca vai saber quando é observado em carne e osso, portanto, nunca imagine que não está sendo espionado”) é implementado aos poucos, mas de modo consistente e aparentemente inevitável, em escala quase universal. Por outro lado, com o velho pesadelo pan-óptico (“Nunca estou sozinho”) agora transformado na esperança de “Nunca mais vou ficar sozinho” (abandonado, ignorado e desprezado, banido e excluído), o medo da exposição foi abafado pela alegria de ser notado (p. 29-30).

Como fica claro nas palavras de Bauman e Lyon (2014), o medo imposto pelo panóptico traduzido na impossibilidade de estar na sombra (“Nunca estou sozinho”) é substituído pelo medo de estar só e não ser notado. O medo da exposição é substituído pelo prazer da exposição. O panóptico como projeto moral moderno de impor luz às subjetividades que já foi visto e entendido como uma ameaça, hoje é um desejo. É como se cada indivíduo trouxesse consigo a luz sempre pronta a iluminar e expor o mais profundo de seu ser como projeto de liberdade pessoal. A luz do panóptico não é mais, portanto, um feixe externo destinado a moralizar; é, ao contrário, uma luz interna liberadora.

Neste sentido é preciso problematizar o conceito de Capitalismo de Vigilância (Zuboff, 2015; 2019). Shoshana Zuboff presta uma grande contribuição aos estudos de vigilância ao mostrar a lógica de rastreamento contínuo dos usuários da internet, extração de dados pessoais e venda aos anunciantes das previsões sobre o comportamento dos usuários. Mas, como as possibilidades de lucro aumentam com os prognósticos cada vez mais certos, a última fronteira do capitalismo de vigilância, segundo Zuboff, é a mudança de comportamento humano em larga escala.

O Capitalismo de Vigilância segue uma tendência histórica do capitalismo que consiste na acumulação a partir de práticas de expropriação, ou seja, práticas de subtração, saque ou roubo dos tempos, das terras, dos trabalhos, dos espaços, enfim, da vida. Como demonstraram diferentes autores em diferentes contextos históricos, como Karl Marx (2017), Karl Polanyi (2001), Rosa Luxemburg (2015) e David Harvey (2008), o capitalismo é, além da produção de mais-valor a partir da relação clássica “normal” capital-trabalho, um sistema que estende suas fronteiras de acumulação para

zonas que vão muito além da esfera do mercado utilizando práticas baseadas na pilhagem e na espoliação de terras e seres humanos. No capitalismo de vigilância, o “roubo” verifica-se com a extração das nossas informações disponíveis online, mas também, como afirma Shoshana Zuboff, com as mudanças de direcionamento do nosso comportamento para fins de previsões mais certeiras, levando a autora, inspirada no grande ensaio de Karl Polanyi *A Grande Transformação* (2001), a afirmar que a experiência humana transformada em comportamento pelo Capitalismo de Vigilância seria, ao lado da terra, do trabalho e do capital, a quarta mercadoria fictícia.

Shoshana Zuboff é consciente que o Capitalismo de Vigilância só pôde florescer em um contexto neoliberal. Porém no decorrer do livro fica claro para o leitor que o conceito de Capitalismo de Vigilância é desenvolvido a partir de um entendimento do neoliberalismo à maneira clássica: a fase atual do capitalismo em que Estados nacionais e corporações atuam conjuntamente na busca da superação de obstáculos para acumulação capitalista nos mais diversos setores da sociedade e da natureza. O resultado é sempre o mesmo: expropriação.

Mas, como vimos, o neoliberalismo é mais do que somente expropriação. Ele também cria, inclusive novos sujeitos sociais. O entendimento do neoliberalismo enquanto racionalidade que induz práticas de governamentalidade as mais diversas, nos faz pensar que a vigilância da internet deve ser pensada para além de um mecanismo externo expropriador. Ela é também praticada pelos próprios usuários da internet, ou seja, todos nós, no sentido de vigiar os outros mas, sobretudo, a nós mesmos, na eterna busca de desenvolvimento do próprio capital humano na concorrência com os outros capitais humanos e consigo mesmo, prática que se traduz, fundamentalmente, na exposição “voluntária” nas diversas redes sociais.

Conclusões

Neste artigo, procurei mostrar como o panóptico, enquanto modelo paradigmático de vigilância das sociedades disciplinares que foram produzidas em um contexto de capitalismo industrial, deve ser repensado à luz das mudanças ocorridas no capitalismo a partir dos anos 1970, ou seja, com o surgimento daquilo que se convencionou chamar de neoliberalismo.

Ao contrário da exigência subjetiva de indivíduos disciplinados do capitalismo industrial, cuja vigilância panóptica era o dispositivo social adequado, o capitalismo

neoliberal, entendido enquanto a racionalidade do capitalismo contemporâneo fundamentado na noção de liberdade, induz à existência de subjetividades que se adequem a essa noção. A vigilância não é praticada apenas a partir de um olhar externo moralizador, destinado a dizer o que pode ou não ser feito, mas é um exercício de autovigilância praticado pelos próprios indivíduos no sentido de autodesenvolvimento pessoal, totalmente libertário, desde que inserido nos marcos propostos pela racionalidade neoliberal.

A internet e as atividades online às quais estamos cada vez mais inseridos, são reveladoras desta mudança de paradigma. Se pensamos, por exemplo, nas inúmeras redes sociais das quais participamos, estamos ininterruptamente e “voluntariamente” nos revelando através da produção de imagens de nós mesmos (através de textos, áudios, fotos e vídeos) que servem para a construção de um perfil pessoal cada vez mais aperfeiçoado e apto à concorrência com os outros usuários das redes e com as imagens anteriores de nós mesmos, em uma eterna busca de desenvolvimento do nosso capital humano. Evidentemente os dados produzidos serão utilizados para fins de acumulação pelas grandes corporações da internet e poderão ser utilizados pelo Estado para fins de vigilância, mas é preciso enfatizar que, antes da participação das corporações e dos Estados, somos nós mesmos que de maneira “voluntária” participamos da vigilância, governados que estamos pelas práticas de governamentalidade do capitalismo neoliberal.

É preciso dizer, portanto, que na sociedade contemporânea a iluminação não é mais entendida como uma ameaça. Ao contrário, trazemos a luz internamente como instrumento útil a revelar nós mesmos aos outros na eterna busca de autodesenvolvimento pessoal. De instrumento de opressão, a luz se tornou um instrumento de “liberdade” pessoal através da manipulação dos desejos individuais, adequada aos princípios de acumulação do capitalismo neoliberal.

Nota

Por decisão pessoal, o autor do texto escreve segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- Bauman, Z. & Lyon, D. (2014). *Vigilância líquida*. Rio de Janeiro: Zahar
- Dardot, P. & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- Dardot, P. & Laval, C. (2017). *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo.
- Deleuze, G. (2007). *Conversações*. São Paulo: Editora 34.
- Foucault, M. (1988). *História da Sexualidade: A vontade de saber* (6th ed.). Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2008a). *Microfísica do poder* (26th ed.). Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2008b). *Nascimento da biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008c). *Segurança, Território, População: Curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2009). *Vigiar e punir: História da violência nas prisões* (36th ed.). Petrópolis: Vozes.
- Garland, D. (2008). *A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora Revan.
- Gorz, A. (1998). *Miseria del presente, ricchezza del possibile*. Roma: Manifestolibri.
- Haggerty, K. (2006). Tear down the Walls: on demolishing the panopticon. In D. Lyon (Ed.), *Theorizing Surveillance. The panopticon and beyond* (pp. 23-45). Portland: Willan Publishing.
- Harvey, D. (2008). *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: edições Loyola.
- Lyon, D. (2017). Surveillance Culture: Engagement, Exposure, and Ethics in Digital Modernity. *International Journal of Communication*, 11, 1-18.
- Lyon, D. (2018). *The Culture of Surveillance. Watching as a Way of Life*. Cambridge: Polity Press.
- Luxemburg, R. (2015). *The Accumulation of Capital*. Martino, Eastford: Fine Books.
- Manokha, I. (2018). Surveillance, panopticism, and self-discipline in the Digital Age, *Surveillance and Society*, 16 (2), 219-237. <https://doi.org/10.24908/ss.v16i2.8346>
- Marx, K. (2017). *Capital: A Critique of Political Economy*, vol. 1. Kansas: Digireads.com.

- Marwick, A. E., & Boyd, D. (2010). I Tweet Honestly, I Tweet Passionately: Twitter Users, Context Collapse and The Imagined Audience. *New Media & Society*, 13 (1), 114-133. <https://doi.org/10.1177%2F1461444810365313>
- Polanyi, K. (2001). *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*, Boston: Beacon Press.
- Saad Filho, A. & Morais, L. (2018). *Brasil: neoliberalismo versus democracia*. São Paulo: Boitempo.
- Wacquant, L. (2001). *Prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Zuboff, S. (2015). Big other: surveillance capitalism and the prospects of an information civilization. *Journal of Information Technology*, 30, 75-89. <https://doi.org/10.1057%2Fjit.2015.5>
- Zuboff, S. (2019). *Il capitalismo della sorveglianza: il futuro dell'umanità nell'era dei nuovi poteri*. Roma: Luiss.